

Bases de mensuração de ativos e passivos: análise de correspondência dos anos de 2006 e 2010

doi: 10.4025/enfoque.v32i1.17089

Joyce Menezes da Fonseca Tonin

Mestre em Contabilidade e Finanças pela UFPR
Professora do Departamento de Ciências Contábeis da UEM
E-mail: joycemftonin@gmail.com

Sayuri Unoki de Azevedo

Mestre em Contabilidade e Finanças pela UFPR
Doutoranda em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP
sayuri.unoki@gmail.com

Romualdo Douglas Colauto

Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC
Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 CNPq.
Professor do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis da UFPR
rdcolauto@ufpr.br

Ilse Maria Beuren

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1C
Professora do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis da UFPR
ilsebeuren@ufpr.br

Recebido em: 03.05.2012

Aceito em: 15.04.2013

2ª versão aceita em: 24.04.2013

RESUMO

O estudo objetiva identificar as bases de mensuração das contas do Ativo e do Passivo evidenciadas nas Notas Explicativas de 2006 e 2010 nas maiores empresas brasileiras de capital aberto listadas na Revista Exame - Melhores e Maiores de 2011. O estudo em uma amostra intencional de 30 empresas delinea-se como descritivo, com aplicação da Análise de Conteúdo para categorizar os dados necessários para as inferências e Análise de Correspondência (ANACOR) para associar a evidenciação das bases de mensuração das contas do ativo e do passivo de 2006 a 2010. Os resultados apresentados com o teste χ^2 demonstram que as rubricas contábeis Aplicações Financeiras, Estoques e Investimentos não apresentaram diferença significativa, portanto sem mudanças nas bases de mensuração. Prevaleceu o Custo Corrente para as Aplicações Financeiras, Custo Histórico e o Valor Realizável para os Estoques e o Método da Equivalência Patrimonial para os Investimentos, mesmo este sendo um método de contabilização e não base de mensuração de ativos. As demais contas apresentaram diferença estatisticamente significativa entre as bases de mensuração, sendo o conceito de Valor Justo o vetor das mudanças de um período para outro. Conclui-se que as empresas mudaram substancialmente as bases de mensuração das contas do Ativo e do Passivo de 2006 para 2010, apesar do pouco tempo de reformulação da Lei nº 6.404/1976.

Palavras-chave: Divulgação. Mensuração. Reconhecimento. Ativos. Passivos.

Basis of measurement of assets and liabilities: correlation analysis of years 2006 and 2010

ABSTRACT

The study aims to identify the measurement bases of accounts Assets and Liabilities evidenced in the Explanatory Notes in 2006 and 2010 of the largest publicly traded Brazilian companies listed in the Revista Exame - Melhores e Maiores de 2011. The descriptive study in a purposive sample of 30 companies used the application of content analysis to categorize the data needed for the inferences and Correspondence Analysis (ANACOR) to involve the disclosure of the measurement bases of assets, and liability from 2006 to 2010. The results shown with the χ^2 test showed that the items accounting Financial Investments, Stocks and Investment showed no significant difference, having no changes in their measurement bases. The Current Cost prevailed for Financial Applications, Cost History and realizable value for inventories and the Equity Method for Investments, even though this is

a method of accounting and not based on measurement of assets. Other accounts differ significantly between the bases of measurement, and the concept of the fair value as a vector of the changes from one period to another. It is concluded that the companies have significantly changed the basis of measurement of the accounts of active and passive from 2006 to 2010, despite the short time of revision of the law nº 6.404/1976.

Keywords: *Disclosure. Measurement. Recognition. Assets. Liabilities.*

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade tem como uma de suas principais funções suprir os gestores com informações úteis, que auxiliem no processo de tomada de decisões em todas as suas etapas. Nas informações geradas, a mensuração com base em valores históricos foi a forma mais convencional utilizada pela contabilidade ao longo dos tempos. No entanto, nas últimas décadas, nota-se uma tendência na introdução de outras bases para alguns tipos de Ativos, como o *Fair Value* (PETERSON et al., 2009). Estas novas bases de mensuração buscam, na essência, refletir o quanto vale a empresa em um determinado momento (FUJI, 2004). A decisão sobre qual método empregar deve refletir um *trade-off* entre os métodos que melhor aproximem a avaliação da predição de fluxos futuros de caixa para que não transforme a avaliação de Ativos em uma mescla de métodos sem critérios pré-definidos.

O problema da mensuração dos Ativos e Passivos reside na materialização dos conceitos, ou seja, na tradução dos potenciais de serviços incorporados em cada Ativo e Passivo em valores monetários ao longo de um período. Almeida e Hajj (1997) descrevem mensuração como uma lente que pode aumentar, reduzir ou distorcer a realidade, devendo ser tratada como probabilidade, uma vez que não existe valor empírico verdadeiro de medição. Hendriksen e Van Breda (1999), Iudícibus (2000), Nélo et al. (2001) expõem que a escolha da medida de Ativos a ser utilizada envolve uma análise cuidadosa quanto aos objetivos da mensuração dos Ativos, em contraposição à ideia de que a mensuração deve simplesmente obedecer à lógica da contabilidade a Custo Histórico, outros comentam que a medida deve possuir significado econômico. Entretanto, defendem que em alguns casos, a medida mais relevante pode não ser

suficientemente adequada para demonstrações contábeis com finalidade genérica.

Verrecchia (2001) classifica as pesquisas existentes sobre a divulgação de informações financeiras em três categorias: (i) Divulgação Baseada em Associação (*association-based disclosure*); (ii) Divulgação Baseada em Julgamento (*discretionary-based disclosure*); e, (iii) Divulgação Baseada em Eficiência (*efficiency-based disclosure*). A primeira consiste em estudar os efeitos exógenos da evidenciação em mudanças nas ações individuais dos investidores no mercado de capitais. A segunda considera a forma como os gestores praticam discricionariedade em relação à divulgação de informações sobre as quais possam ter conhecimento. A última discute que tipo de informações são indicadas e mais eficientes.

Estudos sobre evidenciação contábil são relevantes devido à heterogeneidade dos usuários da informação, que necessitam de divulgação apropriada das demonstrações financeiras, bem como para a premência dos *stakeholders* na tomada de decisões (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). A adequada evidenciação de informações quantitativas e qualitativas realizada de forma obrigatória ou voluntária pelas empresas é uma exigência dos investidores, sendo um reflexo da força dos mercados. A evidenciação de informações melhora o grau de transparência nos negócios e é um compromisso inalienável dos objetivos da Contabilidade para com seus usuários (ALMEIDA; FREITAG, 2009).

Evidenciar envolve ações para melhorar o nível de transparência aos usuários externos da organização sobre o processo de mensuração realizado, com informações não divulgadas nas demonstrações ou complementares a mensuração (LOPES; MARTINS, 2005). A

transparência pretendida com a evidenciação é alcançada com a divulgação de informações qualitativas e quantitativas por parte da empresa, possibilitando aos usuários compreender as atividades desenvolvidas pela mesma e seus riscos, tendo observados os aspectos de tempestividade, detalhamento e relevância necessários (DANTAS et al., 2005).

A evidenciação precisa mostrar informações estruturadas de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos da entidade objeto da contabilidade. Para tanto, deve contemplar informações sobre o processo de reconhecimento, mensuração das atividades econômicas, resultantes de um amplo conjunto de forças econômicas, sociais, institucionais e políticas, tendo em vista o grau de influência dos agentes interessados em sua evolução (LOPES; MARTINS, 2005).

As Notas Explicativas complementares às Demonstrações Contábeis fornecem informações que não podem ser apresentadas adequadamente no corpo de uma demonstração sem reduzir a clareza desta (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999), como ocorre com as informações de caráter qualitativo. Essas informações devem ser suficientes para não torná-las enganosas e privilegiar determinados grupos de usuários. Isto igualmente para as bases de mensuração de Ativos e Passivos (RADEBAUGH; GRAY, 1997).

Desse modo, a questão norteadora da pesquisa é: Quais mudanças nas bases de mensuração das contas do Ativo e do Passivo são evidenciadas nas Notas Explicativas das empresas brasileiras de capital aberto com o advento da reformulação da Lei nº 6.404/1976? Assim, o estudo objetiva identificar as bases de mensuração das contas do Ativo e do Passivo evidenciadas nas Notas Explicativas de 2006 e 2010 nas maiores empresas brasileiras de capital aberto listadas na Revista Exame - Melhores e Maiores de 2011.

A pesquisa justifica-se devido a importância de se compreender os procedimentos aplicados com o aumento da subjetividade do processo contábil, advinda com a reformulação da Lei nº

6.404/1976. Mostrar a evidenciação das bases de mensuração ajuda a acompanhar como as empresas estão se comportando frente à convergência das normas contábeis locais aos padrões internacionais.

2 BASES DE MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Considera-se Ativo, qualquer serviço futuro, em termos monetários, ou qualquer serviço futuro conversível em moeda cujos direitos pertencem legal ou justamente a alguma pessoa ou algum conjunto de pessoas. Tal serviço é um Ativo somente para essa pessoa ou esse grupo de pessoas que o usufrui (CANNING, 1929). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) menciona que o benefício econômico futuro embutido em um Ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade. MARTINS (1972), IUDÍCIBUS (2000), HENDRIKSEN e VAN BREDA (1999) defendem que a principal característica do Ativo consubstancia-se na potencialidade de incorporar um benefício futuro. Caso essa característica seja contemplada, é possível reconhecer a existência de um Ativo em termos contábeis.

Nessa perspectiva, depreende-se que a característica fundamental dos Ativos é a capacidade de gerar benefícios ou serviços futuros para a entidade que os têm como propriedade, individual ou em conjunto com outros Ativos ou fatores de produção, capazes de se transformarem, direta ou indiretamente, em fluxos líquidos de entradas de caixa. Segundo Catelli e Guerreiro (2001, p. 92) “a mensuração do Ativo deve estar de acordo com o postulado da continuidade da entidade”. Dessa forma, o valor do Ativo deve ser considerado a partir do benefício provável esperado que possa proporcionar para a empresa, ou seja, o montante financeiro equivalente de seus serviços potenciais, levando-se em consideração a continuidade das operações da entidade.

Segundo a *American Accounting Association*

(AAA) (1957, p.4), o valor de um Ativo equivale monetariamente ao valor de seus serviços. Conceitualmente é “a soma dos preços futuros de mercado prováveis dos fluxos de serviços a serem obtidos, descontados de uma taxa de probabilidade de ocorrência e pelo fator juro, para o Valor Presente”. Entretanto, a própria AAA (1957), Hendriksen e Van Breda (1999) e Ludicibus (2000) mencionam que este conceito de valor é uma abstração, que possui bases práticas limitadas para a quantificação do resultado. Por isso, a mensuração de Ativos tende a ser realizada por métodos mais práticos.

Hendriksen e Van Breda, 1999 mencionam que mensurar é atribuir valores numéricos para representar atributos específicos de objetos ou eventos associados a uma empresa, obtidos de forma a permitirem a agregação ou desagregação, se necessário. Assim, o processo de mensuração envolve, segundo Chambers (1991), os seguintes elementos: a) um objeto sobre o qual uma operação será realizada; b) uma variável cujo valor será determinado; e, c) um tipo de instrumento pelo qual a operação será realizada. Guerreiro (1989), Glautier e Underdown (1994), Beuren (2000) fazem referência ao conceito de mensuração de Chambers (1991, p. 82) como a atribuição de números a objetos de acordo com regras, especificando o objeto a ser medido, a escala a ser usada e as dimensões da unidade.

Em 1957, a AAA publicou no *Accounting and reporting standards for corporate financial statements and preceding statements and supplements*, que a mensuração monetária é a principal unidade de medida aplicada em contabilidade para registrar e evidenciar informações dos eventos empresariais. É o denominador comum mais simples e adaptável, no qual as transações empresariais podem ser expressas. O uso da mensuração monetária facilita sumarizações e comparações essenciais aos relatórios.

No *A Statement of Basic Accounting Theory* (ASOBAT, 1966, p. 6), a AAA esclareceu que a “metodologia utilizada pela contabilidade inclui as diversas técnicas e procedimentos usados pelos contadores na mensuração, descrição e

interpretação de eventos econômicos para seus usuários”. Sua aplicação resulta em uma expressão abstrata das atividades de aquisição, uso e disposição de fontes de recursos econômicos. Atributos específicos de fontes de recursos são descritos por métodos peculiares para a mensuração da magnitude de atributos em uma unidade monetária. Os resultados desse processo descritivo e interpretativo são expressos na forma de relatórios contábeis.

Guerreiro (1989) observa que o processo de mensuração busca expressar objetivos, clarificar alvos a respeito dos quais as decisões precisam ser tomadas, assim como, para controlar e avaliar os resultados das atividades que estão envolvidas no processo de atingir os alvos. Todavia, expõe que a mensuração de objetos ou eventos não se restringe a uma base de tempo. Os tomadores de decisões necessitam de informações relativas a eventos pretéritos, presentes e futuros. E quando se trata de informações sobre eventos que ainda não aconteceram, o processo de mensuração é mais complicado. Beuren (2000) reforça esta exposição ao mencionar que, em se tratando do objeto a ser medido, esbarra-se, imediatamente no fator tempo. Mensurar objetos e eventos passados já é uma tarefa consagrada pela contabilidade. Porém, estruturar um modelo de mensuração que possa ser aplicado a objetos e eventos que ainda estão por se realizar, certamente é mais complexo, visto que essas medidas se referem a estimativas subjetivas e menos fidedignas.

De acordo com Guerreiro (1989), a teoria da mensuração é de grande importância para o campo contábil. A importância repousa na complexidade de se avaliar ou estimar dados para estabelecer seu significado corretamente. Uma vez que os usuários das informações contábeis esperam mensurações que representem mais precisamente a verdade de um conjunto de eventos econômicos, a contabilidade deve buscar medidas que contemplem esse requisito.

Na consolidação do processo contábil faz-se necessário atribuir um valor monetário a cada um dos Ativos que formam o patrimônio das entidades. Todavia, os métodos de mensuração de Ativos podem variar em função dos diversos objetivos da contabilidade. A diversidade de métodos de

mensuração respalda-se na impossibilidade de deferir um método que, isoladamente, possa atender adequadamente a todas as finalidades informativas.

Hendriksen e Van Breda (1999) relatam que os objetivos de mensuração de Ativos influenciam a escolha da base específica de mensuração. Esse processo contábil de avaliação é necessário a partir dos objetivos da avaliação que, em grande parte, são os mesmos da contabilidade e se enquadram nas mesmas três categorias: sintáticos, semânticos e pragmáticos, ou seja, mensuração de (a) vinculação de receitas e despesas e crescimento natural, (b) fidelidade de representação e (c) utilidade e relevância para a contabilidade.

Iudícibus (2000, p. 129) menciona que “Ativo é Ativo, independente de pertencer, por uma ou outra classificação, a este ou àquele grupo”. Todavia, há diversas alternativas possíveis para a sua mensuração. Verifica-se que, “no âmago de todas as teorias para a mensuração dos Ativos, se encontra a vontade de que a avaliação represente a melhor quantificação possível dos potenciais de serviços que o Ativo apresenta para a entidade”. As alternativas de mensuração de Ativos baseiam-se em valores de trocas ou conversão, os quais estão agrupados em valores de entrada e valores de saída, conforme mostra-se na Figura 1.

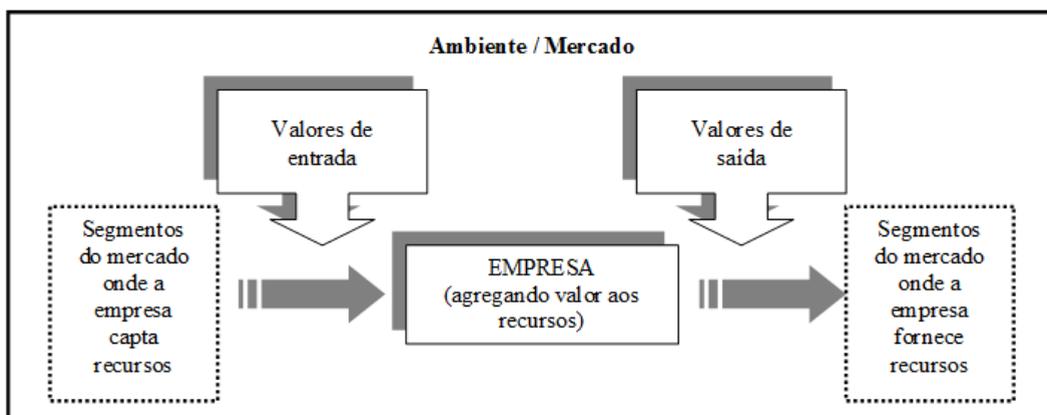


Figura 1 - Valores de Entrada e Valores de Saída

Fonte: Rossetto et al. (2001, p. 27).

Como os bens e serviços são geralmente trocados por valores monetários, Hendriksen e Van Breda (1999) explanam que a lógica é que os preços de troca devem ser relevantes para divulgação externa. Existem dois tipos de mercados em que as empresas operam e, conseqüentemente, dois tipos de preços ou de valores de troca: valores de entrada e valores de saída, especificados conforme Figura 2.

A Figura 2 apresenta as bases de mensuração para avaliação do Ativo e do Passivos a valores de entrada e valores de saída. Os valores de entrada identificam os valores obtidos no mercado de compra e refletem o custo ou sacrifício para obter os Ativos utilizados pela empresa em suas operações. Mostram o volume de dinheiro pago, ou valor de alguma outra forma

de compensação, quando um Ativo e seus serviços ingressam na empresa por meio de uma troca ou conversão. Os valores de entrada podem basear-se em trocas passadas, correntes e futuras esperadas.

Os valores de saída referem-se ao benefício que a empresa obteve, obterá ou obterá com a realização de seus recursos, ou seja, com a disponibilidade dos Ativos no mercado. Para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 310), os valores de saída “[...] representam o volume de caixa, ou o valor de algum outro instrumento de pagamento, recebido quando um Ativo ou seu serviço deixa a empresa por meio de troca ou conversão”. Os conceitos de mensuração de acordo com o CPC são apresentados no Quadro 1, uma vez que as empresas tendem a seguir as terminologias e recomendações do CPC.

Valores de Entrada			
Hedriksen e Van Breda (1999) <ul style="list-style-type: none"> • Custo Históricos • Custo Reposição • Custo Esperados 	Iudícibus (2000) <ul style="list-style-type: none"> • Custo Históricos • Custo Histórico Corrigido • Custo Corrente • Custo Corrente Corrigido 	Martins (2001) <ul style="list-style-type: none"> • Custo Histórico • Custo Corrente • Custo de Reposição Corrente 	CPC 00 r1 (2011) <ul style="list-style-type: none"> • Custo Históricos • Custo Corrente • Valor de Realização • Valor Presente
Valores de Saída			
Hendriksen e Van Breda (1999) <ul style="list-style-type: none"> • Preço de venda passados • Preço corrente de venda • Valor realizável líquido 	Iudícibus (2000) <ul style="list-style-type: none"> • Valores corrente de venda • Valores descontados de fluxo de caixa • Equivalentes correntes de caixa • Valor de liquidação 	Martins (2001) <ul style="list-style-type: none"> • Valor realizado • Valor corrente de venda • Valor realizável líquido • Valor de liquidação • Valor realizável futuro • Valor presente do fluxo de caixa 	CPC 00 r1 (2011) <ul style="list-style-type: none"> • Valor de liquidação • Valor presente

Figura 2 - Bases de mensuração a Valores de Entrada e Valores de Saída para as contas do Ativo e Passivo

Fonte: Adaptado de Hendricksen e Van Breda (1999), Iudícibus (2000), Martins (2001) e CPC 00R1 (2011).

Bases de Mensuração	Ativos	Passivos
Custo Histórico	São registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo Valor Justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição, podendo ou não ser atualizados pela variação na capacidade geral de compra da moeda.	São registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (por exemplo, imposto de renda), pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa que serão necessários para liquidar o Passivo no curso normal das operações, podendo também ser atualizados monetariamente.
Custo Corrente	São reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses Ativos ou Ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço.	São reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.
Valor Realizável ou liquidação	São mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela venda numa forma ordenada.	São mantidos pelos seus valores de liquidação, isto é, pelos valores em Caixa e Equivalentes de Caixa, não descontados, que seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da entidade.
Valor Presente	São mantidos pelo Valor Presente, descontado, do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da entidade.	São mantidos pelo Valor Presente, descontado, do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o Passivo no curso normal das operações da entidade.

Quadro 1 - Descrição das bases de mensuração conforme o CPC 00R1 (2011)

Fonte: Adaptado do CPC00R1.

O CPC00R1 menciona também a mensuração de Ativos e Passivos com base no *Fair value* (Valor justo). A sua utilização tem como objetivo refletir o valor econômico, diminuindo a defasagem ocasionada pelo Custo Histórico. No entanto, o Valor Justo não é uma base específica de avaliação de Ativos e Passivos que possa ser aplicada de maneira generalizada às demonstrações financeiras.

Pettersson et al. (2009) comentam que a expressão Valor Justo não permite rotular uma base de mensuração em particular, pois abrange uma série de medidas diferenciadas, como ocorre com o preço de mercado de saída, o preço de mercado corrente de entrada, o chamado valor em uso e o preço de portfólio. Iudícibus e Martins (2007) afirmam que a avaliação pelo Valor Justo não é um procedimento que deva ser utilizado para todos os Ativos e Passivos, pois o método falha por não obter uma homogeneidade de classificação.

Lopes (1999, p. 26) explica que com a utilização do *Fair value* “tem-se um argumento significativo no conteúdo informativo das demonstrações contábeis, uma vez que elas passam a conter um número maior de informações e as mesmas estarão a valores mais próximos da visão do mercado”. Iudícibus e Martins (2007, p.13) definem Valor justo como “valor pelo qual um Ativo e Passivo pode ser negociado entre partes interessadas, em condições ideais e com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória”. Desse modo, o *Fair value* é empregado para representar o valor de mercado dos Ativos e Passivos com uma estimativa mais próxima dos benefícios futuros esperados dos componentes patrimoniais das entidades.

3 METODOLOGIA

O delineamento da pesquisa configura-se em um estudo descritivo caracterizado por ser um método mais apropriado quando existe necessidade de compreender o comportamento de diversos fatores e elementos que interferem em determinados fenômenos observados

(COLAUTO; BEUREN, 2006). Estudos descritivos medem, avaliam e coletam dados sobre vários aspectos do fenômeno pesquisado, buscando especificar propriedades importantes dos fatos em análise (SAMPLIERI; COLLADO; LÚCIO, 2006). Como instrumental estatístico utiliza-se a Análise de Correspondência com o objetivo de descobrir possíveis associações entre variáveis qualitativa em um espaço multidimensional. A Análise de Correspondência é compreendida como uma representação multivariada da interdependência de dados não métricos (FÁVERO *et. al.*, 2009).

A população alvo compreendeu as companhias classificadas como as 100 Maiores em termos de Valor de Mercado publicadas pela Revista Melhores e Maiores da Exame 2011. Compuseram intencionalmente a amostra as 41 primeiras companhias, excluindo-se as prestadoras de serviços financeiros, devido especificidades próprias do setor e da forma como estruturam as suas demonstrações financeiras e Notas Explicativas; as companhias PDG e Hypermarcas, porque não foram encontrados todos os relatórios necessários para a pesquisa; a companhia Vivo, devido sua incorporação à Telefônica. Com estes critérios, permaneceram na amostra 30 companhias, fato que não possibilita a generalização dos resultados conforme descrito no Quadro 2.

As Notas Explicativas e Demonstrações Financeiras foram coletadas na *homepage* da BM&FBovespa com o objetivo de mapear as bases de mensuração de Ativos e Passivos para as seguintes rubricas contábeis: Caixa e Equivalentes de Caixa; Aplicações Financeiras; Instrumentos Financeiros; títulos de valores mobiliários para negociação; Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda; Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento; Instrumentos Financeiros Derivativos; Contas a Receber; Estoques; Investimentos; Imobilizado; Ativos Biológicos; Intangíveis; Fornecedores; Provisões passivas; e Empréstimos/ Financiamentos.

Com relação aos procedimentos sistemáticos para identificar as bases de mensuração utilizou-

se a Análise de Conteúdo. Esta consiste, segundo Bardin (1977), em um conjunto de técnicas para compor estatística descritiva e informações qualitativas que possibilitem

inferência em relação às categorias de produção e recepção das mensagens, a partir de métodos sistemáticos e objetivos de exposição do conteúdo das mensagens.

Ordem no Ranking	Companhias	Ordem no Ranking	Companhias	Ordem no Ranking	Companhias
1	PETROBRÁS	17	TELEFÔNICA	30	ULTRAPAR
2	VALE	18	NATURA	31	WEG
4	AMBEV	19	USIMINAS	32	TELEMAR
8	OGX PETRÓLEO	20	CPFL ENERGIA	33	FIBRIA
9	CSN	22	TRACTEBEL ENERGIA	36	COSAN
10	GERDAU	23	JBS BRASIL	37	COPEL
12	SOUZA CRUZ	24	PÃO DE AÇÚCAR	38	EMBRAPAR
13	ELETROBRÁS	25	CEMIG	39	LOJAS AMERICANAS
15	BRASIL FOODS	27	BRASKEM	40	ALL - AMÉRICA LATINA
16	CCR	28	TIM PARTICIPAÇÕES	41	SABESP

Quadro 2 - Empresas selecionadas para análise

Fonte: Revista Exame Melhores e Maiores (2011).

Para operacionalizar a Análise de Conteúdo buscou-se nas NEs expressões-chaves sobre as bases de mensuração para as contas contábeis selecionadas. Também considerou-se o teor das sentenças relacionadas à explicação da base de mensuração utilizada, possibilitando assim segregar por categorias de mensuração.

Quanto à utilização de técnicas padronizadas de descrição de dados, preconiza-se a abordagem qualitativa. Para realização do estudo utilizou-se o *software* SPSS 19. Inicialmente aplicou-se o teste do Qui-quadrado (χ^2), que de acordo com Fávero et al., (2009), trata-se de um teste que padroniza os valores e frequências esperadas, formando a base para associações, dados pelas distâncias métricas qui-quadradas em um espaço dimensional. O teste χ^2 foi realizado entre as contas contábeis para verificar o nível de associação dessas contas constantes no Balanço Patrimonial com as bases de mensuração do Ativo e Passivo nos anos de 2006 (antes) e 2010 (após) as alterações na Lei nº 6.404/1976.

No teste Qui-quadrado a hipótese nula afirma que não há associação entre as duas variáveis. Portanto, afirma que há aleatoriedade na combinação das variáveis categóricas. Para as

variáveis e categorias com nível de associação significativa aplicou-se a Análise de Correspondência (ANACOR) para verificar a relação entre as variáveis de natureza qualitativa. Pestana e Gageiro (2005) sugerem a realização do teste χ^2 para verificar a existência de dependência entre as variáveis na adequação à aplicação da ANACOR. Segundo Whitlark e Smith (2001), a técnica de Análise de Correspondência mostra as associações entre duas variáveis em um mapa perceptual, possibilitando o diagnóstico com a visualização estrutura dos dados. Neste estudo, demonstra a associação entre as bases de mensuração em relação às contas do Balanço Patrimonial.

Optou-se por rodar a ANACOR separadamente para cada grupo do Balanço Patrimonial (Ativo Circulante, Ativo não Circulante e Passivo) para possibilitar uma melhor visualização da associação das contas do Balanço Patrimonial às bases de mensuração explicada pela dimensão do resultado. Como variável categórica para análise consideraram-se as contas contábeis e as bases de mensuração.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O teste do Qui-quadrado mostra as variáveis

com associação significativa para compor o modelo ANACOR. A avaliação da significância em relação às bases de mensuração ocorreu

para o grupo do Ativo Circulante, conforme indicada pelo teste χ^2 , podendo os resultados serem visualizados na Tabela 1.

Tabela 1 - Teste do Qui-quadrado nas contas do grupo do Ativo Circulante

MÉTODOS / CONTAS*	Caixa e Equivalentes de Caixa		Aplicação Financeira		Instrumentos Financeiros	
	2006	2010	2006	2010	2006	2010
Custo Histórico	10	0	3	0		
Custo Corrente	17	27	24	26	10	0
Valor Realizável	3	0	2	0		
Valor Presente	0	3				
Valor Justo (<i>Fair Value</i>)			1	4	13	26
A empresa não possui essa conta					7	4
<i>Sig (Pearson Chi- Square)</i>	,000		,076		,001	
MÉTODOS / CONTAS*	Títulos e Valores Mobiliários para Negociação		Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	
	2006	2010	2006	2010	2006	2010
Sem informação					1	0
Custo Histórico					1	14
Custo Corrente	1	0			5	2
Valor Justo (<i>Fair Value</i>)	1	23	0	22	2	5
Método de Equivalência Patrimonial						
A empresa não possui essa conta	28	7	30	8	21	9
<i>Sig (Pearson Chi- Square)</i>	,000		,000		,001	
MÉTODOS / CONTAS*	Instrumentos Financeiros Derivativos		Contas a Receber		Estoques	
	2006	2010	2006	2010	2006	2010
Custo Histórico			14	7	19	15
Custo Corrente	6	0	8	6	1	0
Valor Realizável	1	0	8	2	8	12
Valor Presente			0	7		
Valor Justo (<i>Fair Value</i>)	14	27	0	7		
A empresa não possui essa conta	9	3		1	2	3

Fonte: dados da pesquisa.

* Os números expressam a quantidade de empresas e a frequência das bases de mensuração das contas contábeis.

Para as contas analisadas no Ativo Circulante, percebe-se que apenas a conta Aplicação Financeira (0,076) e Estoques (0,481) apresentaram *p-value* (valor *Sig-Pearson Chi-Square*) superior a 0,05 (nível de significância), ou seja, todas as demais contas possuem associação significativa. Os resultados do teste χ^2 e mapas perceptuais gerados com a aplicação da ANACOR possibilitaram visualizar as associações entre as contas contábeis do grupo do Ativo Circulante em relação as bases de mensuração. O mapa perceptual para o grupo do Ativo Circulante é apresentado no Gráfico 1.

O mapa perceptual gerado pela ANACOR é resultado da representação de categorias de linhas e/ou colunas no mesmo gráfico, o que permite a identificação das associações entre bases de mensuração em relação ao Ativo Circulante. Verificou-se com os resultados apresentados que as contas de Estoque de 2006 e 2010 não possuem diferença estatisticamente significativa, *sig* ,481 no teste Qui-quadrado, podendo ser visualizado no mapa perceptual a associação entre as contas Estoques 2006 e Estoques 2010 com as bases Custo Histórico e Valor Realizável.

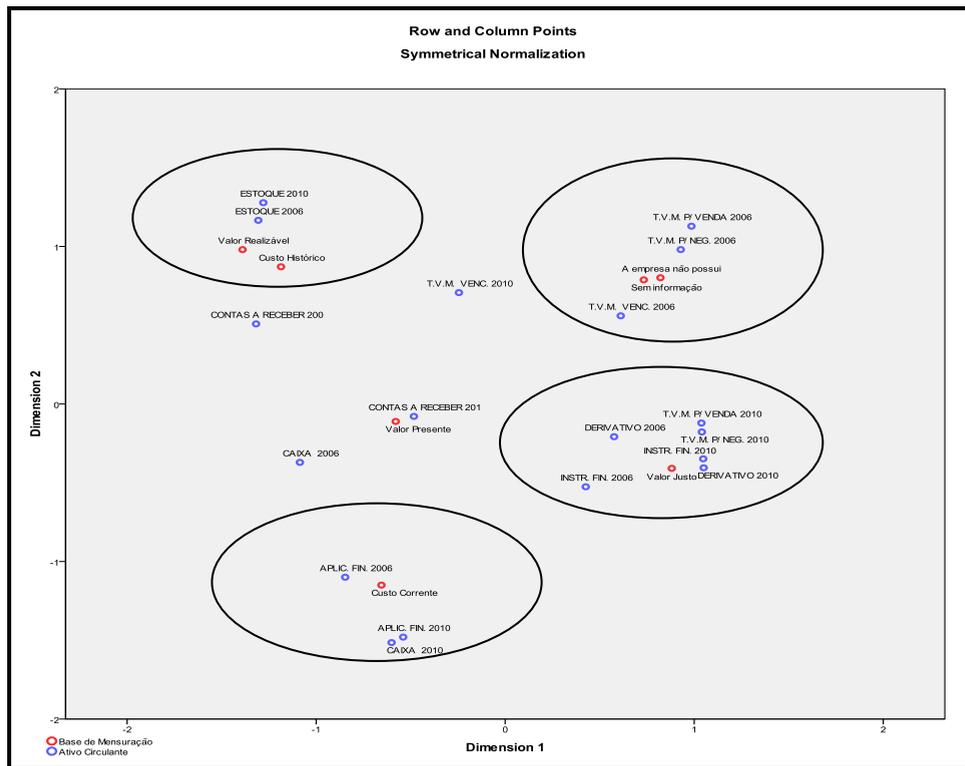


Gráfico 1 - Mapa perceptual das bases de mensuração das contas do grupo do Ativo Circulante
Fonte: dados da pesquisa.

Na ANACOR visualiza-se uma aproximação com a base de mensuração Custo Corrente para a conta Caixa e Equivalentes de Caixa. Isso pode ser percebido também pela tabela do Teste do Qui-quadrado no grupo do Ativo Circulante, em que no ano de 2006 havia 17 companhias utilizando o Custo Corrente, em 2010 o número de empresas que utilizaram o Custo Corrente para a conta Caixa e Equivalentes de Caixa aumentou para 27 companhias.

A conta Aplicações Financeiras não apresentou diferença relevante, visto que a base de mensuração utilizada (Custo Corrente) passou de 24 companhias em 2006 para 26 em 2010. Em relação às contas contábeis dos Títulos de Valores Mobiliários, no ano de 2006 constata-se no mapa perceptual uma associação dessas contas contábeis com a categorização “a empresa não possui essa conta” no período. Contudo, as contas Instrumentos Financeiros de 2006 e 2010, assim como Títulos de Valores Mobiliários tanto para venda quanto negociação, além dos Instrumentos Financeiros de

Derivativos, apresentaram uma associação alta com a base de mensuração Valor Justo e todas essas contas apresentaram significância estatística. Para as contas do Ativo não Circulante, os resultados do teste Qui-quadrado são apresentados na Tabela 2.

Na análise das contas do Ativo não Circulante, apenas a conta Investimentos (0,313) apresentou *p-value* superior a 0,05, ou seja, todas as demais contas possuem associação significativa. Isso se deve ao fato das empresas reportarem em Notas Explicativas que utilizam o Método da Equivalência Patrimonial para os Investimentos. Existe uma confusão conceitual sobre a utilização de métodos de mensuração e bases de mensuração. Conforme Ludícibus et al. (2010), o Método de Equivalência Patrimonial é um método de contabilização e não base de mensuração, em que as companhias deveriam mencionar o investimento inicialmente reconhecido pelo seu custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento por parte do investidor nas alterações dos Ativos líquidos da investida.

A partir dos resultados apresentados pelo teste do χ^2 , os mapas perceptuais gerados com a aplicação da ANACOR possibilitaram visualizar

as associações entre as contas contábeis do grupo do Ativo Não-Circulante em relação às bases de mensuração, conforme Gráfico 2.

Tabela 2 - Teste do Qui-quadrado nas contas do grupo do Ativo não Circulante

MÉTODOS / CONTAS*	Investimentos		Imobilizado		Intangíveis		Ativos Biológicos	
	2006	2010	2006	2010	2006	2010	2006	2010
Custo Histórico			28	26	19	19		
Custo Corrente			2	0	2	0		
Valor Presente					0	1		
Valor Justo (<i>Fair Value</i>)			0	4	0	9	0	5
Método de Equivalência Patrimonial	29	30						
A empresa não possui essa conta	1	0			9	1	30	25
Sig (Pearson Chi-Square)	,313		,048		,001		,020	

Fonte: dados da pesquisa.

* Os números expressam a quantidade de empresas e a frequência das bases de mensuração das contas contábeis.

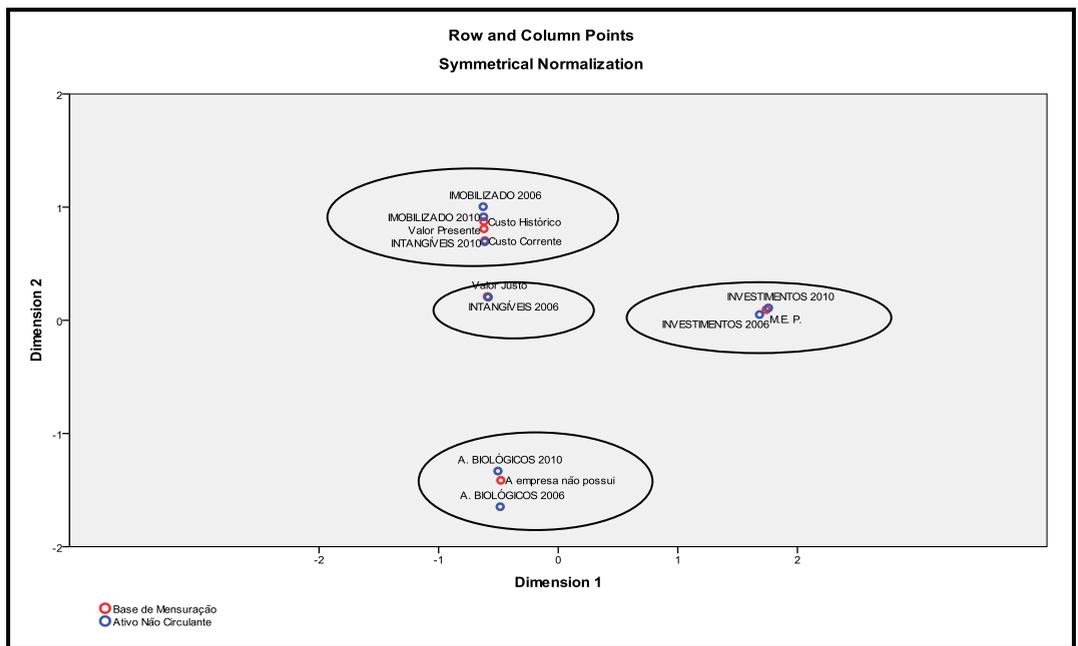


Gráfico 2 - Mapa perceptual das bases de Mensuração das contas do grupo do Ativo não Circulante

Fonte: Dados da pesquisa.

O mapa perceptual para as contas de Imobilizado mostra pequeno distanciamento devido a mudanças de base de mensuração por parte de algumas empresas. O Imobilizado ficou associado com a base de mensuração pelo Custo Histórico, tanto em 2006 como em 2010, porém para o último período analisado, verificou-se que quatro companhias fizeram uso do Valor Justo. O mesmo ocorreu com a conta de Intangíveis, em que a grande maioria das companhias permaneceu com a mensuração

baseada no Custo Histórico, havendo 9 companhias que mensuraram os Intangíveis pelo Valor Justo em 2010.

Os Ativos Biológicos não apareceram nas demonstrações contábeis de 2006, porém, logo após a atualização da Lei n° 6404/76 as cinco companhias que possuíam essa conta utilizaram como base de mensuração o Valor Justo. Isto é visível no mapa perceptual para os anos de 2006 e 2010.

No caso do grupo do Passivo, os resultados do teste qui-quadrado indicam que todas as contas apresentam diferença estatisticamente significativa, sig ,000, conforme Tabela 3.

Observa-se poucas associações entre as bases de mensuração e as contas de Fornecedores, Provisões, Empréstimos/Financiamentos, conforme Gráfico 3.

Tabela 3 - Teste do Qui-quadrado nas contas do grupo do Passivo

MÉTODOS / CONTAS	Fornecedores		Provisões		Empréstimos e Financiamentos	
	2006	2010	2006	2010	2006	2010
Custo Histórico	21	2	2	6	2	0
Custo Corrente	7	7	26	11	26	9
Valor Realizável	2	1	1	0	2	0
Valor Presente	0	5	0	12		
Valor Justo (<i>Fair Value</i>)	0	14			0	20
A empresa não possui essa conta	0	1	1	1	0	1
<i>Sig (Pearson Chi-Square)</i>	,000		,000		,000	

Fonte: Dados da pesquisa.

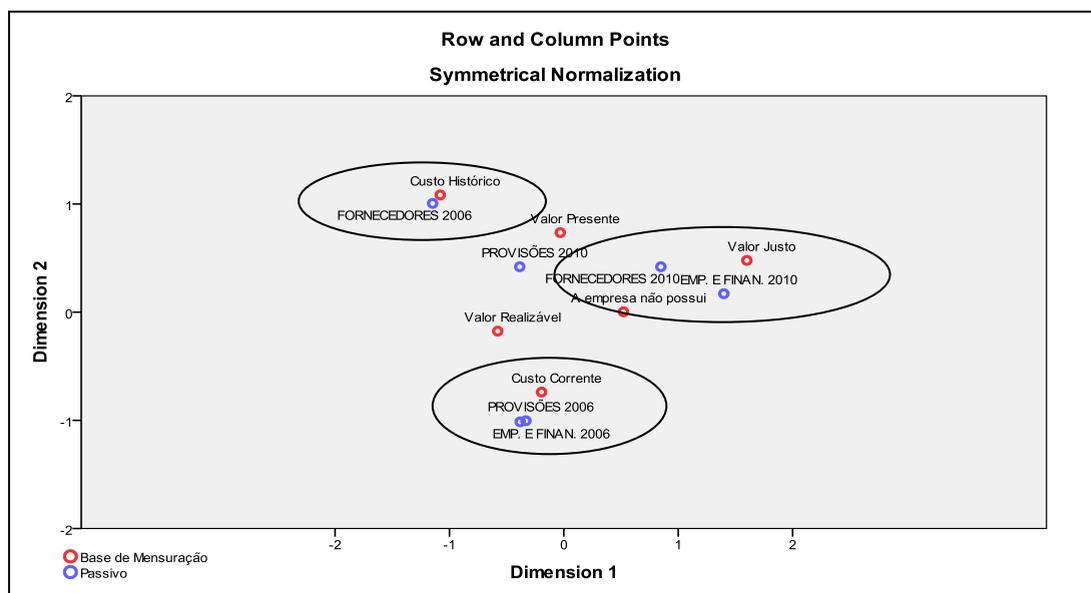


Gráfico 3 - Mapa perceptual das bases de Mensuração nas contas do grupo do Passivo

Fonte: Dados da pesquisa.

O mapa perceptual mostra que a conta Fornecedores no ano de 2006 está associada ao Custo Histórico e que o mesmo não ocorreu em 2010, pois as empresas relataram nas Notas Explicativas terem utilizado diversas bases de mensuração: Custo Histórico (2); Custo Corrente (7); Valor Realizável (1); Valor Presente (5) e Valor Justo (14). As contas Provisões e Empréstimos/Financiamentos do ano de 2006 estão associadas com o Custo Corrente, enquanto para o ano de 2010 não apresentou associação com nenhuma base específica, devido a variedade das bases utilizadas.

As contas Fornecedores e Empréstimos/Financiamentos de 2010 estão mais associadas ao conceito de Valor Justo, devido ao aumento da utilização deste conceito no período analisado. A Tabela 3 mostra que 14 companhias utilizaram-se do Valor Justo como base de mensuração de Fornecedores e 20 companhias para os Empréstimos/Financiamentos, mesmo este sendo um conceito na percepção de diversas pesquisas nacionais e internacionais. Os resultados encontrados para conta de Provisões Passivas de 2010 não denota associação direta com uma única base de mensuração em relação a 2006.

De forma comparativa 2006 e 2010, pode-se visualizar que houve mudanças entre as bases de mensuração das contas do Ativo e do Passivo. A associação demonstrada pela ANACOR denota uma tendência de reportar nas Notas Explicativas o conceito de Valor Justo como uma base de mensuração com a implantação da Lei nº11.638/2007. Cabe salientar que as contas Aplicações Financeiras,

Estoques e Investimentos não tiveram mudanças estatisticamente significantes nas bases utilizadas, assim, prevalece a preponderância dos métodos do Custo Corrente para as Aplicações Financeiras, Custo Histórico e Valor Realizável para Estoques e o Método da Equivalência Patrimonial para os Investimentos, conforme apresentado no Gráfico 4.

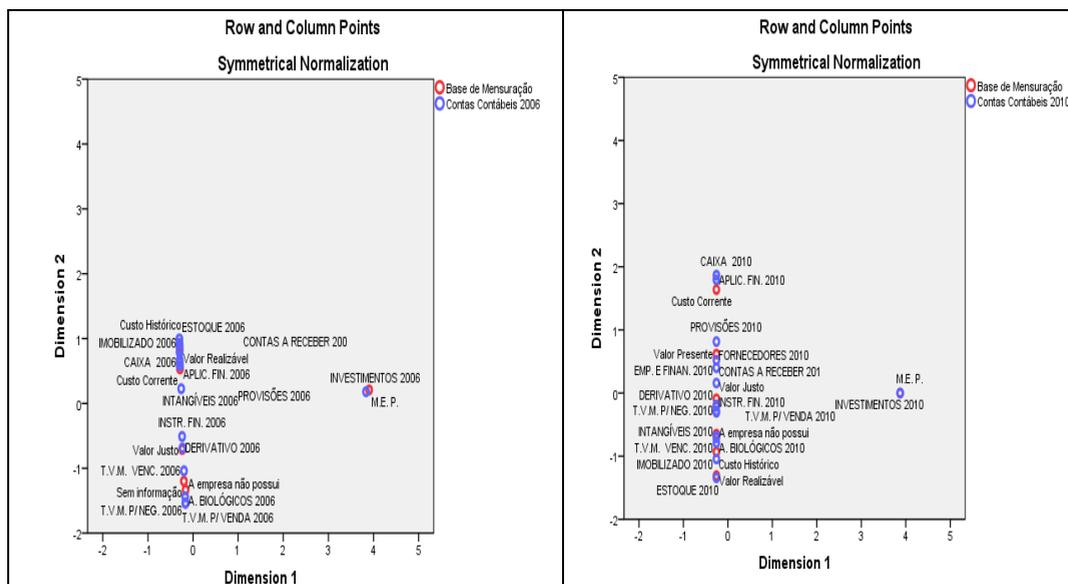


Gráfico 4 - Mapa Perceptual das bases de Mensuração de contas do Balanço Patrimonial em 2006 e 2010

Fonte: Dados da pesquisa.

Verificou-se também que o número de empresas que não possuíam a conta analisada ou não havia informação sobre a base de mensuração passou de 208 observações (30 companhias x 16 contas) em 2006, para 65 observações em 2010. Dessa forma, constatou-se um aumento significativo na evidenciação das bases de mensuração de 2006 para 2010, com persistência do conceito de Valor Justo.

5 CONCLUSÕES

A partir da classificação de Verecchia (2001), em que uma das categorias da classificação das pesquisas sobre evidenciação contábil é a Divulgação Baseada em Julgamento (*discretionary-based disclosure*), o estudo objetiva identificar a associação das bases de

mensuração das contas do Ativo e do Passivo evidenciadas nas Notas Explicativas de 2006 e 2010, período anterior e posterior as mudanças da Lei nº 6.404/1976, nas maiores empresas brasileiras de capital aberto listadas na Revista Exame - Melhores e Maiores de 2011. A ideia subjacente do estudo consistiu em identificar se houve aumento de evidenciação das bases de mensuração de 2006 (antes) para 2010 (após as alterações na Lei nº 6.404/76).

Os resultados do teste χ^2 demonstram que as rubricas contábeis Aplicações Financeiras, Estoques e Investimentos não apresentaram diferença significativa, portanto não mostraram mudanças nas bases de mensuração. Prevaleceu o Custo Corrente como base de mensuração para as Aplicações Financeiras e o Custo Histórico e o Valor Realizável para os

Estoques e o Método da Equivalência Patrimonial para os Investimentos, mesmo este sendo um método de contabilização e não base de mensuração de ativos. As demais contas apresentaram diferença estatisticamente significativa entre as bases de mensuração em 2010 quando associadas a 2006. O conceito de Valor Justo foi a base que teve maior mudança do ano de 2006 para o ano de 2010.

Ressalte-se que não há consenso entre pesquisadores da contabilidade de que o *Fair Value* representa uma base de mensuração. Teoricamente o *Fair Value* é considerado um conceito que pode ser aplicado a qualquer base de mensuração, tanto para contas do Ativo como do Passivo. Isto faz refletir sobre a necessidade de explorar mais precisamente nos meios acadêmico e profissional os conceitos normativos concebidos pela Teoria da Contabilidade, pragmatizados pela contabilidade financeira e por ela reportados aos usuários externos da contabilidade.

Conclui-se que as empresas mudaram substancialmente as bases de mensuração das contas do Ativo e do Passivo de 2006 para 2010, apesar do pouco tempo de reformulação da Lei n° 6.404/1976. No entanto, destaca-se que as análises dos mapas perceptuais da ANACOR oferecem informações de contraste entre relações de categorias de variáveis contingenciais, mas uma relação mais forte entre as rubricas contábeis e as bases de mensuração não pressupõe o efeito de uma sobre a outra.

Os resultados da pesquisa contribuem no campo acadêmico para demonstrar que a reformulação da Lei n° 6.404/1976 conduz à efetiva aplicação dos conceitos de bases de mensuração de Ativos e Passivos desenvolvidas pela Teoria Normativa. Para Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), a Teoria Normativa, apoiada preferencialmente no método dedutivo, formula hipóteses sobre o universo contábil e gera prescrições de como a Contabilidade deveria proceder para maximizar a utilidade da informação aos seus usuários.

Nem todas as bases de mensuração foram passíveis de verificação nas Notas Explicativas, em virtude da limitação dos dados

disponibilizados, de características específicas de cada companhia ou de falta de representatividade das rubricas contábeis, sendo necessário assumir a base tradicional de mensuração. É importante salientar a limitação em relação à amostra, tendo em vista que as companhias foram selecionadas intencionalmente, não possibilitando a generalização dos resultados. As técnicas estatísticas também poderiam ser passíveis de críticas, pois as análises descritivas e a ANACOR não pressupõem efeitos de causalidade entre as variáveis estudadas.

Para futuras pesquisas, recomenda-se utilizar uma amostra maior e investigar a associação dessas variáveis por setor, a fim de identificar especificidades setoriais que dificultam a aplicação dos conceitos e preceitos contemplados atualmente na teoria da contabilidade. Isto poderia remeter, por exemplo, à necessidade de instruções mais específicas para determinados ramos de atuação econômica.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION (AAA). **Accounting and reporting standards for corporate financial statements and preceding statements and supplements**. Florida: American Accounting Association, 1957.

ALMEIDA, L. B.; FREITAG, V. C. Evidenciação Contábil. In: RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. (Org). **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 265-281.

ALMEIDA, M. G. M.; HAJJ, Z. S. Mensuração e avaliação do Ativo: uma revisão conceitual e uma abordagem do goodwill e do Ativo intelectual. **Caderno de Estudos FIPECAFI**. São Paulo, v. 9, n. 16, p. 66-83, jul./dez. 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEUREN, I. M. **Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

- BM&FBOVESPA. Notas Explicativas das empresas listadas. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>>.
- BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Lei das Sociedades por Ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <http://www.cnb.org.br/CNBV/leis/lei6404_consolidada.htm>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 [...]. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- CANNING, J. B. **The economics of accountancy**. New York: The Ronald Press Company, 1929.
- CHAMBERS, R. J. **Foundations of accounting**. Australia: National Library of Australia, 1991.
- COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Análise de conteúdo das estratégias nos relatórios de administração de companhias abertas. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**. Ed. 49, v. 12, n. 1, jan./fev. 2006.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; SANTOS, S. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 56-76, dez. 2005.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FUJI, A. H. O conceito de lucro econômico no âmbito da Contabilidade aplicada. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, n. 36, p. 74-86, set./dez. 2004
- GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B. **Accounting theory and practice**. 5. ed. Great Britain-London: Pitman Publishing Limited, 1994.
- GUERREIRO, R. **Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica**: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade. 1989. 309f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Programa de Pós-graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e uso do Valor Justo. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 44, p. 9-18. 2007
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 16, n. 38, maio/ago. 2005.
- LOPES, A. B. Uma análise crítica do arcabouço teórico do SFAS 133: Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities. **Caderno de Estudos FIECAFI**, São Paulo, v. 11, n. 22, p.16-27, set./dez.1999.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do Ativo intangível**. 1972. 109 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Programa de Pós-graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

NÉLO, A. M.; KASSAI, S.; SILVA, P. R.; MARTINS, E. Valores de saída e *goodwill*. In: MARTINS, E. (Org.). **Avaliação de empresas**: da mensuração contábil à econômica. São Paulo: Atlas, 2001. pp.94-133.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais**: a complementaridade do SPSS. 4. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2005.

PETTERSSON, M. H.; ALMEIDA, S. B. D.; SANTINI, C. C.; COSTA, F. M. Valor Justo (fair value measurements). In: Ernst & Young, Fipecafi. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade**: IFRS versus normas brasileira. São Paulo: Atlas, 2009. pp. 246-255.

RADEBAUGH, L. H.; GRAY, S. J. **International accounting and multinational enterprises**. 4. ed. Boston: Wiley & Sons, 1997.

REVISTA EXAME. Melhores e Maiores – As 1000 maiores empresas do Brasil. São Paulo, Editora Abril, Edição Julho/2011.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo Atlas, 1999.

ROSSETTO, V.; NOBRE, W.; SILVA, P. R.; MARTINS, E. Valores de entrada. In: MARTINS, E. (Org.). **Avaliação de empresas**: da mensuração contábil à econômica. São Paulo: Atlas, 2001. pp.25-93.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo:

McGraw-Hill, 2006.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.

WHITLARK, D. B.; SMITH, S. M. Using correspondence analysis to map relationships. **Market research**, v. 13, n. 3, p. 22-27, 2001.

Endereço dos Autores:

Av. Colombo, 5.790
Jd. Universitário
Maringá – PR – Brasil
87.020-900